



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Relatório de Reunião Externa

Reunião realizada no dia 15 de maio de 2025, às 11h, no gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF. Presentes, representando a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana - CTMU, estavam o seu presidente, deputado **Max Maciel**, **Fernanda Azevedo**, secretária da Comissão, **Raiane Paulo**, coordenadora de Legislativo e **Luan Bastos**, fotógrafo. Representaram a SSP, **Sandro Avelar**, titular da pasta, **Alexandre Patury**, secretário executivo, e **Cel. Carlos Melo**, subsecretário de Operações Integradas.

O objetivo do encontro foi discutir medidas para coibir a atuação de motoristas irregulares ("livres" ou "piratas") em áreas de alta circulação, principalmente durante grandes eventos no Distrito Federal, além de ações para melhoria das condições de operação dos táxis.

Iniciando a reunião, o deputado Max Maciel informou que tem recebido diversos relatos de que motoristas excluídos das plataformas oficiais, como a Uber, seguem operando informalmente. Esses condutores atuam de forma mais intensa em locais de grande circulação de pessoas, como Aeroporto Internacional, Rodoviária Interestadual, os setores hoteleiros e grandes eventos, especialmente na Arena BRB. Há casos de cobranças abusivas, negativa de emissão de recibo, utilização de taxímetros manipuláveis, falta de identificação e abordagens agressivas a passageiros. A Uber confirmou, em contato com deputado Max, que muitos dos motoristas denunciados por atuarem como "livres" foram, de fato, banidos da plataforma por má conduta ou descumprimento das regras.

Alexandre, secretário-executivo da SSP, afirmou que a pasta tem conhecimento da situação desses que também podem ser considerados motoristas "piratas", mas enfrenta dificuldades técnicas e legais para fiscalizar efetivamente. Segundo ele, se ao ser questionado numa abordagem, o motorista informar ao policial que está vinculado a uma plataforma de transporte, não há como verificar a informação sem correr o risco de ser acusado de abuso de autoridade por exigir qualquer tipo de acesso ao celular do condutor.

Essa dificuldade de verificação, por parte das forças de segurança, sobre o vínculo real do motorista com a plataforma foi bastante discutida e, como medida de solução, a SSP informou ter sugerido ao CTMS¹ a implementação de um código QR afixado nos veículos regularmente cadastrados nas plataformas de transporte por aplicativo, que permitiria a verificação passiva e em tempo real, sem necessidade de abordagem invasiva. Contudo, segundo o secretário-executivo, tal proposta ainda enfrenta resistência técnica por parte das plataformas.

O presidente da CTMU também relatou sua preocupação com a desordem e os conflitos recorrentes no embarque de passageiros após grandes eventos, como os que

¹ Comitê Técnico de Monitoramento de Segurança – CTMS no Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal – STIP/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

ocorrem na Arena BRB. Apontou que a ausência de uma logística de embarque, tanto para os taxistas quanto para motoristas por aplicativo, expõe as pessoas a diversas situações de insegurança e cobrança de tarifas abusivas por parte de motoristas irregulares, e ainda congestionamentos nas vias de acesso. Após enumerar casos denunciados a ele, de abusos cometidos por motoristas clandestinos que se aproveitam da confusão e da alta demanda para cobrar valores exorbitantes, o deputado afirmou que a resposta mais estruturante e segura para os deslocamentos das pessoas durante eventos de grande porte seria o fortalecimento do transporte público coletivo, mas como a cidade não oferece ônibus e metrô suficientes nesses dias, a imensa parte dos usuários recorre ao transporte por carro, ainda que nas condições que ele relatou.

Por tudo isso, o deputado Max defendeu a seguinte organização para o embarque das pessoas que utilizam os serviços de táxi ou aplicativo nos eventos realizados na Arena BRB:

- **separação física e sinalizada** de áreas específicas para táxis e para carros de aplicativos, em local bem iluminado e com acesso facilitado que evite que as pessoas precisem atravessar vias perigosas ou caminhar longas distâncias sem orientação; pensar em áreas próximas aos portões de saída do evento, para dar fluidez e segurança para públicos mais vulneráveis, principalmente;
- **fila virtual para aplicativos**, sistema semelhante ao que foi implantado no Aeroporto JK, em que os motoristas entram em uma “fila” no aplicativo e são convocados de forma ordenada conforme a demanda e com embarque em um único local já definido; Max defendeu que isso evitaria que motoristas ficassem negociando no *tête-à-tête* e também coibiria os cancelamentos propositais feitos por parte dos motoristas, para forçar a elevação do preço; e
- **criação de uma campanha** do tipo “embarque seguro” voltada ao público dos eventos, com mensagens de incentivo ao uso de transporte regular (coletivo, táxi ou aplicativo com chamada oficial) e alertando sobre os riscos de negociar com motoristas “livres”; a campanha pode ser exibida nos telões dos eventos, redes sociais dos organizadores e em aviso sonoros, de maneira que envolva os produtores na responsabilidade pela organização da mobilidade das pessoas após os eventos.

O presidente da CTMU informou, ainda, que os taxistas convencionais têm expressado irrisignação ao deputado, em razão do rigor regulatório a que eles estão submetidos (como vistorias periódicas, padronização obrigatória dos veículos, controle de taxímetro etc.), enquanto os motoristas que dirigem pelos aplicativos circulam sem exigência de padronização dos veículos, de vestuário ou de identificação visível, além de estarem menos sujeitos à fiscalização direta. Além disso, as vagas demarcadas para os taxistas, conforme relatam, são frequentemente ocupadas por veículos particulares ou de aplicativo, sem que ocorra fiscalização efetiva, prejudicando os profissionais do táxi. Isso acontece



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

principalmente em áreas como os setores hoteleiros, rodoviária, aeroporto e Congresso Nacional.

O deputado Max lamentou que esses fatores explicam o crescente abandono da atividade pelos taxistas e a dificuldade em atrair novos profissionais para o setor. Por isso, ele defendeu a necessidade de reequilibrar as “regras do jogo”, seja por meio de uma melhor fiscalização do serviço por aplicativo, seja pela valorização das condições de operação dos táxis, inclusive com a requalificação dos pontos de embarque existentes, em grande parte abandonados na cidade.

Encaminhamentos:

1. A SSP irá articular realização de reunião com Arena BRB, CTMU e SEMOB, a fim de discutir e planejar a operação de embarque e desembarque de passageiros durante grandes eventos realizados no local.
2. A CTMU solicitará reunião com a Uber e os organizadores dos principais eventos previstos no calendário da cidade (como Na Praia, Moto Capital, Festival Coma), para conversar sobre a logística de transporte e combinar ações que visem organizar o embarque de forma segura.
3. A CTMU vai criar material de campanha para conscientização do público de eventos sobre os riscos de utilizar transporte irregular e incentivar o uso de modais legalizados e organizados, com apoio institucional da SSP, que se comprometeu a contribuir para a veiculação do material durante os eventos.
4. A SSP e a CTMU irão retomar o debate sobre proposta de criação de um mecanismo de identificação dos motoristas de aplicativo (como o código QR) junto às empresas de transporte por aplicativo, com base nas discussões e denúncias apresentadas na reunião.

Brasília, 15 de maio de 2025.

FERNANDA AZEVEDO

Secretária da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana